



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA CAMPUS VII
CENTRO DE CIÊNCIAS DE CODÓ/CCCO
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/ HISTÓRIA

MARYNIVE RAQUEL BRANDÃO DAS CHAGAS

**ALFABETIZAÇÃO NOS ANOS ANICIAIS: OBSTÁCULOS DA APRENDIZAGEM
PARA AQUISIÇÃO DOS DEMAIS CONHECIMENTOS NA EDUCAÇÃO RURAL.**

CODÓ -MA

2025

MARYNIVE RAQUEL BRANDÃO DAS CHAGAS

**ALFABETIZAÇÃO NOS ANOS ANICIAIS: OBSTÁCULOS DA APRENDIZAGEM
PARA AQUISIÇÃO DOS DEMAIS CONHECIMENTOS NA EDUCAÇÃO RURAL.**

Trabalho de conclusão de curso, na modalidade artigo, apresentado ao curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História do Centro de Ciências de Codó da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Ciências Humanas-História.

Orientador(a): Profa. Dra. Suly Rose Pereira
Pinheiro

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Brandão das Chagas, Marynive Raquel.

ALFABETIZAÇÃO NOS ANOS INICIAIS: obstáculos da aprendizagem para aquisição dos demais conhecimentos na educação rural / Marynive Raquel Brandão das Chagas. - 2025.

32 f.

Orientador(a): Suly Rose Pereira Pinheiro.

Curso de Ciências Humanas - História, Universidade Federal do Maranhão, Codó-ma, 2025.

1. Déficit. 2. Alfabetização. 3. Educadores. 4. Anos Iniciais. 5. Educação do Campo. I. Pereira Pinheiro, Suly Rose. II. Título.

MARYNIVE RAQUEL BRANDÃO DAS CHAGAS

**ALFABETIZAÇÃO NOS ANOS ANICIAIS: OBSTÁCULOS DA APRENDIZAGEM
PARA AQUISIÇÃO DOS DEMAIS CONHECIMENTOS NA EDUCAÇÃO RURAL.**

Trabalho de conclusão de curso, na modalidade artigo, apresentado ao curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História do Centro de Ciências de Codó da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Ciências Humanas-História.

Codó/MA, 11/03/25.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Suly Rose Pereira Pinheiro
Universidade Federal do Maranhão – UFMA/ CCCO/ LCH/História
Orientador

Prof. Dr. Alex de Sousa Lima
Universidade Federal do Maranhão – UFMA/ CCCO/ LCH/História
Examinador 1

Profa. M.e. Tercilia Maria da Cruz Silva
Universidade Federal do Maranhão – UFMA/ CCCO/ LCH/História
Examinador 2

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar, por ter fortalecido minha fé todo esse período de construção desse trabalho.

Aos amigos e aos familiares que me apoiaram e incentivaram durante essa caminhada acadêmica. Em especial a minha mãe Nivia por sempre está me apoiando, meu pai Francisco por ter me ajudado nessa reta final e ao meu amigo Fabio Montelo por acreditar em mim, até mesmo quando eu mesma não creditei.

As minhas primas Nivea e Larissa, por me inspirarem a concluir essa etapa da minha vida. A minha orientadora, a professora Dr. Suly Rose Pereira, que aceitou o desafio e desde o primeiro momento acreditou no meu projeto de pesquisa.

Ao corpo docente do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História, por estarem comigo durante o período acadêmico.

À coordenação, na pessoa do professor Dr. Alex de Sousa Lima, que se faz presente e ativo na minha jornada acadêmica e acreditou na conclusão do meu curso.

A minhas avós Teresinha (in memóroia) e Joana por terem sido professoras e de certa forma me inspirarem nessa profissão.

Por fim, deixo o meu muito obrigada àqueles e àquelas que diretamente e indiretamente contribuíram para a conclusão desta etapa acadêmica.

ALFABETIZAÇÃO ANOS INICIAIS: OBSTÁCULOS DA APRENDIZAGEM PARA AQUISIÇÃO DOS DEMAIS CONHECIMENTOS NA EDUCAÇÃO RURAL.¹

LITERACY IN THE EARLY YEARS: LEARNING OBSTACLES FOR THE ACQUISITION OF OTHER KNOWLEDGE IN RURAL EDUCATION ¹

ALFABETIZACIÓN EN LOS PRIMEROS AÑOS: OBSTÁCULOS DE APRENDIZAJE PARA LA ADQUISICIÓN DE OTROS CONOCIMIENTOS EN LA EDUCACIÓN RURAL ¹

Marynive Raquel Brandão Das Chagas
Graduanda em Licenciatura em Ciências Humanas/História/CCCO/UFMA

Resumo: Este trabalho tem como foco a análise do déficit de alfabetização nos anos iniciais da Escola Municipal Jardim das Estrelas, localizada no município de Codó. Ao longo da pesquisa, baseada nas concepções de Arroyo (2003), Kleiman (1995), Molina (1995) e Soares (2007), foram abordados os desafios enfrentados pelos alunos e educadores, considerando as particularidades socioeconômicas e culturais que permeiam a vida no campo. A educação do campo deve ser entendida como um direito fundamental, que busca não apenas a inserção da população rural no sistema educacional, mas também a valorização de suas identidades e saberes. O processo de alfabetização e letramento tem importância significativa na formação educacional do indivíduo, visto que é o início da vida escolar. É por meio desse processo que teremos uma estrutura com base em aprendizado de qualidade para aquisição dos demais conhecimentos. A demanda escolar para a população rural contida no território codoense é significativa, e requer atenção dado o contingente de escolas e as exigências legais quanto a como se dá essa oferta. Nessa perspectiva, o presente trabalho se debruça a verificar a aplicação do art. 28 da LDB – Lei de Diretrizes e Bases, de 20/12/96, no que diz respeito às peculiaridades da vida rural, quanto aos aspectos preconizados em seus incisos I, II e III abordados em questão. Ao término do estudo foi possível, perceber que a importância de reconhecer a realidade e a problemática existente no déficit de alfabetização na educação do campo, a relevância que é tratar de um assunto tão sério, para a comunidade, mas também para o município em geral, pois é através dos bons resultados no processo de alfabetização é que poderemos ver onde pode chegar, ou não, o processo de alfabetização.

Palavras-chave: Déficit; Alfabetização; Educadores; Anos iniciais; Educação do campo.

Abstract: This study focuses on the analysis of the literacy deficit in the early grades of the Jardim das Estrelas Municipal School, located in the city of Codó. Throughout the research, the challenges faced by students and educators were addressed, considering the socioeconomic and cultural particularities that permeate life in the countryside. Rural education should be understood as a fundamental right, which seeks not only the inclusion of the rural population in the educational system, but also the valorization of their identities and knowledge. The literacy and literacy

process is of significant importance in the educational formation of the individual, since it is the beginning of school life. It is through this process that we will have a structure based on quality learning for the acquisition of other knowledge. The school demand for the rural population contained in the territory of Codó is significant and requires attention given the contingent of schools and the legal requirements regarding how this provision is made. From this perspective, this study aims to verify the application of the legal provision, Art. 28 of the LDB/96, with regard to the peculiarities of rural life, regarding the aspects advocated in the three sections addressed in question. At the end of the study, it was possible to perceive the importance of recognizing the reality and the problems existing in the literacy deficit in rural education, the relevance of dealing with such a serious issue, for the community, but also for the municipality in general, because it is through the good results in the literacy process that we will be able to see where the literacy process can go, or not.

Keywords: Deficit; Literacy; Educators; Early years; Rural education.

Resumen: Este trabajo se centra en analizar el déficit de alfabetización en los grados iniciales de la Escuela Municipal Jardim das Estrelas, ubicada en el municipio de Codó. A lo largo de la investigación se abordaron los desafíos que enfrentan estudiantes y educadores, considerando las particularidades socioeconómicas y culturales que permean la vida en el campo. La educación rural debe entenderse como un derecho fundamental, que busca no sólo la inclusión de la población rural en el sistema educativo, sino también la valorización de sus identidades y conocimientos. El proceso de alfabetización y alfabetización tiene significativa importancia en la formación educativa del individuo, por ser el inicio de la vida escolar. Es a través de este proceso que tendremos una estructura basada en el aprendizaje de calidad para adquirir otros conocimientos. La demanda escolar de la población rural contenida en el territorio Codoense es significativa y requiere atención dado el número de escuelas y los requisitos legales sobre cómo se brinda esta oferta. Desde esta perspectiva, este trabajo se centra en verificar la aplicación de la disposición legal, Art. 28 de la LDB/96, en lo que respecta a las peculiaridades de la vida rural, en los aspectos recomendados en los tres apartados tratados en cuestión. Al final del estudio se pudo dar cuenta de la importancia de reconocer la realidad y el problema que existe en el déficit de alfabetización en la educación rural, la relevancia de abordar un tema tan grave, para la comunidad, pero también para el municipio en general, ya que es a través de buenos resultados en el proceso de alfabetización que podremos ver hacia dónde puede llevar o no el proceso de alfabetización.

Palabras clave: Déficit; Alfabetismo; Educadores; Primeros años; Educación rural.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo, mostrar como a ineficácia da alfabetização e letramento na idade certa prejudica o aprendizado nos anos finais do Ensino Fundamental. A educação no campo é um tema central nas discussões sobre inclusão e igualdade social no Brasil, principalmente em um contexto em que as disparidades entre as zonas urbanas e rurais se tornam cada vez mais evidentes.

Este trabalho tem como foco a análise do déficit de alfabetização nos anos iniciais da Escola Municipal Jardim das Estrelas¹, localizada no município de Codó. Ao longo da pesquisa, serão abordados os desafios enfrentados pelos alunos e educadores, considerando as particularidades socioeconômicas e culturais que permeiam a vida no campo. A educação do campo deve ser entendida como um direito fundamental, que busca não apenas a inserção da população rural no sistema educacional, mas também a valorização de suas identidades e saberes.

Ao longo de todo trabalho constituiu-se a busca de atender os objetivos propostos e responder o problema da presente pesquisa que foi em “Por que a maioria dos alunos da Escola Municipal Jardim das Estrelas, Educação Rural, do Povoado Boi não berra chega às series finais do Ensino Fundamental sem saber ler, escrever e interpretar?”

O estudo justifica-se pela experiência que aconteceu como docente das anos finais do ensino fundamental no âmbito da educação do campo, zona rural, no município de Codó, no povoado Boi não Berra, diante das vivências no cotidiano da escola, verificou-se uma profunda e marcante dificuldade dos alunos em ler e interpretar textos, o que de maneira indubitável, merece atenção e uma preocupação em querer saber sobre as possíveis causas dessas dificuldades, uma vez que não sabendo ler e interpretar se torna impossível o avanço do processo de aquisição de conhecimento formal preconizado pelo ambiente escolar.

A temática investigativa justifica-se, pois, através do estudo poderá mostrar as consequências a curto e longo prazo das deficiências na alfabetização, pois o processo de alfabetização é a etapa inicial de formação dos alunos. Em virtude disso, este trabalho se propõe a fazer um estudo das possíveis causas dessas deficiências na alfabetização e letramento que fazem com que os alunos cheguem

¹ Este nome é fictício, está sendo utilizado para preservar o nome oficial da escola campo de pesquisa.

às séries finais do Ensino Fundamental com uma importante e preocupante lacuna de leitura e escrita. Desta forma o estudo tem por problemática, por que a maioria dos alunos da Escola Municipal Jardim das Estrelas, Educação Rural, chega às series finais do Ensino Fundamental sem saber ler, escrever e interpretar?

A alfabetização é sem dúvida a base de toda educação de qualidade, faz parte de um processo que possui muitos lados, muitas possibilidades, diante de tantas dificuldades evidenciadas dentro e fora da sala de aula. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a falha no processo de alfabetização retarda o desenvolvimento do educando, tendo em vista que, para se tiver desempenho em outras disciplinas, é indispensável que o aluno saiba o básico, que é saber ler e escrever, já que a alfabetização é o início de um amplo processo de conhecimento.

Com a finalidade de alcançar os objetivos propostos, os resultados e discursões estão elencados em três capítulos. Sendo o primeiro capítulo “Educação do/no Campo: caminhos de uma história de luta e resistência”, discute o início do processo de educação no Brasil, trazendo destaque para o período da década de 1930 com a chegada da urbanização e industrialização no Brasil, discuti o surgimento de projetos importantes para o homem do campo, através dos movimentos sociais em prol ao homem do campo.

O segundo capítulo “Construção e Influências dentro do processo de Alfabetização e Letramento” discute o meio social em que a alfabetização teve seu início, de que forma, com qual fundamento, mostra as particularidades envolvendo a alfabetização e o letramento.

No terceiro capítulo “Os percalços do acesso a Alfabetização em uma escola rural de Codó: o que a realidade nos revela” traz as informações sobre o objeto de pesquisa, a realidade da comunidade, os problemas enfrentados pelos envolvidos e as experiências que estive sendo docente dessa escola.

Por fim, o estudo aponta a importância da alfabetização para formação humana, afirmando a importância das políticas públicas aplicadas de forma correta no ambiente escolar da educação do campo.

2 METODOLOGIA

O método utilizado foi o indutivo/dedutivo no estudo da temática proposta, em um primeiro momento por meio de pesquisa bibliográfica nas concepções de Arroyo (2003), Kleiman (1995), Molina (1995), Soares (2007) e dentre outros, no que concerne a alfabetização, letramento, educação no campo e suas perspectivas. O objeto de estudo foi a escola municipal Jardim das Estrelas, situada na zona rural do município de Codó/MA. Foi realizada observação na escola, no período de junho a dezembro de 2023, utilizando abordagem qualitativa que se trata de uma pesquisa que tem premissa, analisar e interpretar aspectos mais profundos, a partir da experiência que obtive como docente dessa comunidade em questão, para se verificar as condições de vida dos alunos, o cotidiano da escola, a maneira como as autoridades responsáveis lidam com a necessidade da comunidade, a formação dos professores e identificar as possíveis causas do insucesso na aquisição de leitura e escrita que possibilitaram a estagnação no avanço escolar dessa instituição. Desse modo será possível mostrar como a ineficácia no processo de alfabetização e letramento condiciona os alunos a não progressão na vida escolar, interditando suas possibilidades de crescimento educacional.

3 RESULTADO E DISCUSSÕES

3.1 Educação no Campo: Caminhos de uma História de Luta e Resistência

Neste trabalho tomamos como marco da Educação no país o período colonial, quando a educação do campo era direcionada para a formação de mão de obra agrícola, para uso nos grandes engenhos de cana de açúcar e fazendas agrícolas que foram estabelecidos pelos colonizadores portugueses quando assim chegaram a solo brasileiro, ao ensino religioso ministrado, a educação naquele período geralmente limitada. O ensino das primeiras letras era oferecido, mas para uma pequena parcela da população, cerca de 0,1%.

Não sendo nosso objeto de trabalho esse período citado, faz-se um salto para a década de 1930, pois a partir dela, início da Era Vargas, dentre tantas reformas que foram implementadas até aqui, nenhuma teve eficácia no desenvolvimento educacional, sobretudo na oferta. A Transição para a Quarta República e pela promulgação da Constituição de 1946 - Primeira C, a primeira LDB

é promulgada em 1946 (Lei nº 4.024/61), que instiga o desencadeamento de vários debates acerca do tema. No sentido estritamente técnico, a educação consiste em uma atividade de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral, a fim de promover a sua condição de ser social.

Segundo Rossato (2015, p.37):

“Para entendermos quando, como e por que as concepções e práticas da educação rural começaram a ser substituídas pelos paradigmas da Educação do Campo, vamos recordar que esse processo histórico inicia-se, sobretudo, após o fim da ditadura militar (1964-1985) e o início da chamada “Nova República”.

Foi na década de 1960 que realmente foi questionado a existência de educação para o homem e mulher do campo, com a finalidade de conter o êxodo rural existente no período exposto, conter o fluxo migratório da população rural para a zona urbana, dessa maneira começava-se a investir na educação do campo. Mas foi a partir da década de 1980 com Constituição Federal - CF de 1988 e os movimentos dos trabalhadores rurais sem-terra, que a educação do campo atingiu um outro patamar de desenvolvimento.

No final dos anos de 1980, período em que ocorreu a redemocratização no Brasil, os movimentos sociais organizaram lutas em defesa de constituição de políticas públicas para a população camponesa. Vale ressaltar que um dos retornos das intervenções dos movimentos sociais na década de 1980 foi a CF que trouxe como uma de suas pautas, a educação pública sem discriminação e como princípio da educação brasileira, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

A educação do campo tem características e necessidades próprias para o/a aluno/a do campo no seu espaço cultural, sem renunciar a sua pluralidade como fonte de conhecimento em diversas áreas.

De acordo com Leite (2002) para a educação do campo é necessária uma política que regule o seu funcionamento e com dotação financeira que possibilite a institucionalização e a manutenção de uma escola de qualidade, a escola rural deve ter um tratamento diferenciado com relação às suas especificidades, num processo sócio-histórico genuíno, não semelhante ao processo urbano. É importante que o investimento do processo de educação no campo seja adequado para o campo, com suas particularidades, respeitando o desenvolvimento da comunidade em que a escola faz parte.

A educação do meio rural no Brasil sempre teve papel esquecido nas políticas de educação, tendo a população do campo um acesso restrito até mesmo ao nível básico de ensino. As políticas públicas educacionais para o campo, ao longo de sua história, foram compensatórias ou reproduções de políticas para o meio urbano, portanto os movimentos sociais do meio assim citado, tem um papel importante na realidade da população do campo, pois foi através das suas pautas que essa população antes negligenciada pelo poder público, hoje tem uma notoriedade existente na sociedade.

Para Fernandes (2006, p.29) :

As expressões Educação na Reforma Agrária e Educação do Campo nasceram simultaneamente, são distintas e se complementam. A Educação na Reforma Agrária refere-se às políticas educacionais voltadas para o desenvolvimento dos assentamentos rurais. Nesse sentido, a Educação na Reforma Agrária é parte da Educação do Campo, compreendida como um processo em construção que contempla em sua lógica a política que pensa em educação como parte essencial para o desenvolvimento do campo.

"Educação na Reforma Agrária" e "Educação do Campo" nasceram no mesmo contexto e mesmo sendo distintas nas suas acepções, uma é peça fundamental, dentro do contexto maior em que a outra se encontra. Nesse sentido, a Educação na Reforma Agrária é parte da Educação no Campo. Aquela refere-se às políticas educacionais voltadas para o desenvolvimento dos assentamentos rurais; essa, compreende um processo de construção que pensa a educação como parte essencial para o avanço do campo. Ambas estão intrinsecamente ligadas porque se originam nas lutas dos trabalhadores por meio dos movimentos sociais que os engendram.

Foi a partir da década de 1990, que algumas iniciativas voltadas para a educação do meio rural que apontam para a construção de políticas públicas começaram a surgir, dentre elas a criação do PRONERA- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tem a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados. Atua como instrumento de democratização do conhecimento no campo, ao propor e apoiar projetos de educação que utilizam metodologias voltadas para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária.

De acordo com a LDB, a Educação do Campo é um direito de todos e se realiza por diferentes territórios e práticas sociais que incorporam a diversidade do

campo. É, ainda, uma garantia para ampliar as possibilidades de criação e recriação de condições de existência da agricultura familiar/camponesa. Por isso o PRONERA vem fortalecer o mundo rural como território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, ambientais, políticas e éticas.

A ideia construída de que, quem é do território rural não precisa de educação, vem desde o início da Educação no campo, uma inferiorização dessa população rural, uma ideologia aplicada pelas classes dominantes, que tem um impacto significativo na realidade desses trabalhadores do campo, levando em questão que as políticas públicas são escarças nesses ambientes e a realidade desses indivíduos são detalhes relevantes para as autoridades responsáveis.

A Constituição de 1988, no Art. 205 considera que, a educação é um direito de todos os cidadãos; em seguida, no Art.206 inciso I, assegura que deve haver igualdade de condições para acesso e permanência nas escolas. Essa garantia constitucional reforça a importância de uma educação acessível e digna para todos os indivíduos, seja ele da cidade ou do campo. Cumpre salientar que a educação no campo teve visibilidade através dos movimentos sociais, pelos quais se dedicaram a luta para ter ensino regular em suas comunidades. Assim, o movimento representado pelos integrantes do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, teve sua participação ativa na busca pela melhoria da educação no campo. A lei que proíbe o fechamento de escolas do campo é a Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014. Essa lei altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) para incluir a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino antes do fechamento de escolas localizadas em áreas rurais, indígenas e quilombolas, protegendo o direito à educação dessas comunidades.

Em 1997 foi realizado o 1º Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária, o ENERA, que também gerou o envolvimento das instituições de ensino superior. De acordo com Molina (2003) os movimentos sociais do campo tiveram também uma participação efetiva na construção da proposta do PRONERA, onde diversas reuniões ocorreram na Universidade de Brasília. Assim, a Educação do Campo tem como vínculo de origens as lutas sociais dos trabalhadores rurais e camponeses.

Sobre o papel dos movimentos sociais na reformulação da educação básica, Arroyo (2003, p. 30) afirma que de alguma forma os movimentos sociais reeducam o

pensamento educacional, a teoria pedagógica, a reconstrução da história da educação básica, onde somente com a incorporação na pauta de diferentes organizações e movimentos sociais, é que a discussão sobre a problemática da educação do campo surge no cenário político do nosso país.

O processo de construção da Educação “do” e não “no” Campo, de acordo com Arroyo (2003), é um movimento de renovação pedagógica de raízes populares e democráticas, pois é inserido no movimento social e cultural do campo, garantindo assim a aquisição de direitos e contribuindo para o processo de formação territorial.

Pelo exposto, as mudanças de expressão “meio rural” para “campo”, e “no” para “do” buscam superar o sentido tradicional da escola rural no qual o conceito da escola do campo relaciona-se à formação dos trabalhadores rurais com a competência para enfrentar desafios da produção e da vida contemporânea, que significa também um instrumento de luta pela terra.

Toda a questão da educação do campo nos últimos anos tem tido um avanço substancial, devido as reivindicações do movimento de apoio, que está juntamente ligado aos camponeses para que possa ser implantadas escolas nos assentamentos e acampamentos, ou seja, na área rural.

De acordo com Caldart (2002 p.23):

A educação do campo deve ser pensada como processo de construção de um projeto de educação dos camponeses, isto quer dizer que se trata de pensar a educação política e pedagógica, desde os interesses sociais, políticos, culturais de um determinado grupo social. Os processos educativos a serem levadas as escolas do campo que busca estar de acordo perante as normas vigentes são compostas por um conjunto de ações pedagógicas, de organizações curriculares, que envolva todos os responsáveis pela construção da identidade da tal educação.

A discussão em que se enquadra a Educação do Campo tem respaldo junto à LDB, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n. 9.394/96, a qual propõe em seu Art. 28, medidas de adequação da escola à vida do campo, o que nos mostra a diferença entre a educação do campo e da cidade, não podendo haver, no entanto, desigualdades².

Articulado a esse pensamento, Ferreira acrescenta:

² Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Nº 9394/96: Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I. conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II. organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III. adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

É, portanto, feita de diálogos entre os lugares, um movimento que enfrenta a cultura vigente ao propor mudanças de valores. No entanto, pensamos que existe um movimento no próprio sentido da aprendizagem, já que a escola não se faz o único local de socialização do conhecimento, das dinâmicas e dos processos que levam à construção dos saberes. Tal compreensão se faz presente no ideário dos Sem Terras, já que o assentamento é a escola e a escola é o assentamento. (2007, p.06)

Subverter a ordem estabelecida, é uma contra epistemologia, contra a ordem, uma nova oposição de valores já instituídos. Ou seja, uma nova perspectiva na hora de abordar os saberes, não somente aqueles euro centrados, mas outros saberes que também tem significado em uma comunidade e precisam ser insurgidos dentro da sociedade (FERREIRA, 2007).

Assim, nesse mesmo rumo, Morais, (2019) entende que a Educação do Campo se constitui a partir de uma contradição, que é a própria contradição de classe no campo: existe uma incompatibilidade de origem entre a agricultura capitalista e a Educação do Campo, exatamente porque a primeira sobrevive da exclusão e morte dos camponeses, que são os sujeitos principais do campo.

A Educação do Campo compreende um conjunto de políticas públicas que contribuem para o desenvolvimento do território camponês, pois ao contrário do território capitalista (baseado apenas na produção de mercadoria, na monocultura, ou seja, baseado apenas no viés econômico), a educação como política pública não faz parte do interesse do agronegócio. Isso se dá porque esta dimensão territorial não faz parte do seu modelo de desenvolvimento, já para o campesinato a educação como política pública é essencial para o desenvolvimento de seus territórios (FERNANDES, 2005).

Neste sentido, em função do tempo atual e da globalização, o que vem a ser presente diretamente em princípios da luta por uma Educação do Campo é a universalização do direito.

Argumenta Jesus (2006, p.51), nesse aspecto que:

Essa educação tem na sua origem a necessidade de reinventar as práticas sociais, contra um processo perverso de uma forma hegemônica de globalização econômica, política e cultural que impõe aos diferentes países periféricos e semiperiféricos, a reorganização das reformas de poder, de produção do conhecimento, e de desenvolvimento econômico e social, que aumenta assustadoramente a perda das autonomias e as desigualdades, em especial, entre o povo brasileiro que vive no campo ou é, excluído dele.

É continua:

Para tanto, o princípio da universalização que funda as lutas dos movimentos sociais, como também funda muitas utopias, resgata nacionalidade do pensamento liberal, a ideia de que a sociedade possui não só os deveres, direitos, e a partir deste princípio, os movimentos sociais produzem a sua existência política pelos ideários da busca pela desigualdade, da participação e dos métodos de organização (JESUS, 2006, p.51)

Essa forma de produção do conhecimento, de poder e de direito, está diretamente relacionada à construção dos paradigmas da Educação do Campo. Percebe-se assim, que a população do campo tem procurado resistir aos desmandos e domínios buscando saídas por meio dos movimentos sociais que tem se fortalecido e promovido resistência à dominação e procurado inseri-la no âmbito das ações de políticas públicas não implementadas embora legalmente previstas.

Nesse caso, a educação do campo, no contexto histórico através dos movimentos sociais, tem conseguido um salto qualitativo, porém ainda precisa de mais desenvolvimento.

3.2 Construção e Influências Dentro do Processo de Alfabetização e Letramento

Aprender historicamente os métodos que rodeiam as fases da educação relacionada à alfabetização é o começo para compreender fatos políticos e sociais que atuam na formação dos educadores, na situação dos meios educacionais e nas formas de conduzir o processo de alfabetização. Nessa perspectiva, o presente capítulo discutirá os conceitos de Alfabetização e Letramento que, no Brasil, passaram por vários momentos de entendimento e por diversas mudanças que refletiam os métodos utilizados em cada período. Ainda, buscará entender quais as influências sofridas nesse processo de aquisição de leitura e escrita e como os aspectos políticos e econômicos imprimem suas marcas levando à percepção de que essas práticas cognitivas são construídas e influenciadas por fatores linguísticos, sociais e culturais.

Para tanto, é preciso acompanhar o movimento histórico de que trata o início da política de alfabetização no Brasil e seus meandros, por meio de um breve apanhado diacrônico que possibilitam melhor esse entendimento.

Sendo assim, para Rossato e Praxedes (2015, p.23):

Na análise histórica dos fundamentos da educação no campo no Brasil, primeiro teve-se uma alfabetização imposta restritamente pela instituição da fé, sendo essa a Igreja, que servia mais como meio de doutrinação e não de exclusiva alfabetização. Em seguida, houve a chegada da modernização social por meio do regime republicano adotado pelo Brasil. Dessa forma, a prática alfabetizadora passa a ser um problema social do Estado, isto é, o que antes era uma preocupação da Igreja, passa a ser uma atribuição estatal.

Entender o processo que envolve esses dois períodos da nossa história, nos provam como as modalidades sociais e políticas de determinado período instigam nas finalidades do aprendizado e nas condutas dos alfabetizadores. O processo de alfabetização teve um início excludente e elitista, uma vez que em primeiro momento com a educação sendo restritamente uma forma de doutrinação e aculturação dos nativos e menos abastados no período colonial. Não é novidade na história que no período republicano a educação para a população seria o ensino profissionalizante, sendo esse uma modalidade destinada a produção de mão de obra barata, para ocupação das necessidades do mercado.

Como expõe Rossato e Praxedes (2015 p.25),

As sucessivas reformas educacionais buscaram, cada uma a seu modo, adequar a formação escolar aos princípios emanados do mundo moderno, buscando insistentemente converter “o incivilizado índio em um bom selvagem” ou “o povo rústico, inculto e ignorante em um bom cidadão-brasileiro”, perpetuando uma prática educativa dualizada e ainda não superada, totalmente, quanto á oferta de escolarização para a população brasileira.

Atualmente esse modelo de vida social excludente e elitista, trouxe impactos significativos para os cidadãos. Com a falta de acesso a educação básica pela massa, as pessoas que vivem às margens da sociedade carregam consigo uma marca social estigmatizante da falta de alfabetização. Com isso, as realidades nas salas de aula reverberam os problemas que essa população enfrenta no que diz respeito ao déficit educacional, notoriamente um inegável demarcador social de diferença.

O processo de alfabetização e letramento tem importância significativa na formação educacional do indivíduo, visto que é o início da vida escolar. É por meio desse processo que teremos uma estrutura com base em aprendizado de qualidade para aquisição dos demais conhecimentos.

Alfabetização é tema discutido como fundamental e primordial no processo de desenvolvimento de um indivíduo, no entanto, essa etapa tem sua limitação em

leitura e escrita. De acordo com Soares (2007, p.15) é “alfabetização em seu sentido próprio específico: processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita”. Desse modo, o estudo e o entendimento do assunto possibilita limitar-se somente em compreender os processos de aprendizados sobre os verbos ler e escrever, e as habilidades atribuídas aos indivíduos na hora de desenhar códigos escritos (Soares, 2007).

A linha de desenvolvimento entre a fala e a escrita é longa, a criança que está no início da sua jornada estudantil, tem a missão de aprender a colocar no papel códigos e grafias para formar palavras e posteriormente frases, que serão usadas no seu dia a dia, então o educador que vai exercer o papel de alfabetizador terá que ter bases em fundamentos como psicológicos, fonológicos, linguísticos e sociolinguísticos que são fundamentos importantes para esse momento vivido por essa criança, o alfabetizador precisa ter fundamentações e saber usa-las corretamente (Soares, 2007, p.18).

Nesse entendimento, o fundamento psicológico irá trabalhar a psicologia da criança trazendo para uma perspectiva voltada para estudos das teorias no campo dos estudos da psicologia e educação.

Nesse sentido pode-se dizer que:

A produção de conhecimentos na área da alfabetização tem se caracterizado por uma postura prescritiva que visa orientar a ação do professor na sala de aula, propondo a aplicação de conceitos e teorias psicológicas à prática educacional, sendo enfatizado o conhecimento psicológico sobre a criança, especialmente o desenvolvimento infantil (Diana Carvalho, 2008, p.02).

No fundamento fonológico, o profissional terá de entender sobre a manipulação dos segmentos sonoros, palavras, sílabas, sons e fonema, para suprir a necessidade de aprendizado dessa criança, pois o fundamento fonológico sendo aplicado de forma correta, traz uma base sólida para aprendizagem da leitura e escrita desse aluno.

O fundamento Linguístico é a base que explica como a língua funciona, vai trazer a discussão atenta da pronúncia, e a transição da fala para a escrita. Oferece as bases para que o professor desenvolva métodos eficientes de alfabetização. O alfabetizador tem que levar em consideração o raciocínio da criança para dominação do oral para o escrito.

Desse modo, Nascimento (1991, p.41) converge ao dizer que, “[...] o conhecimento linguístico é básico, é um elemento determinante, constituinte

essencial da construção do conhecimento sobre a escrita pela criança”. Assim, a aquisição da escrita vai depender do desenvolvimento de habilidades da criança que está sendo alfabetizada, relacionando o processo com a oralidade linguística em que ela está inserida ainda que tenha novos conteúdos a serem introduzidos. Todavia, a base é o ambiente familiar em que a criança está inserida, ou seja, se ela tem uma convivência prévia com a cultura da leitura e da escrita.

Concernente a isso, Soares (2007) enfatiza que aspectos relacionados ao ambiente social do alfabetizando repercutem no processo de aquisição de leitura e escrita.

Então, no fundamento sociolinguístico nós temos uma análise sobre o meio social da criança, relacionada a perspectiva no processo de alfabetização, a forma considerada padrão de fala e escrita é bem distante da realidade de algumas crianças, portanto o alfabetizador deverá se atentar a essa característica, sabemos que crianças com acesso e convívio constante com pessoas e material mais culto tem mais facilidade de aprendizagem, do que crianças que não tem acesso social a esse meio, o processo de alfabetização dessa segunda criança já se torna mais difícil e o profissional tendo domínio do fundamento sociolinguístico ele já será capaz de diferenciar as formas de exposição e transferência de conhecimento para esses indivíduos (Soares, 2007, p.20).

Na concepção de Soares (2007, p.20) “A alfabetização é um processo de natureza não só psicológica e psicolinguística, como também de natureza sociolinguística”. Isso equivale dizer que é importante se considerar a perspectiva sociológica para se entender como os processos de aquisição e automação de leitura e escrita acontecem em alunos inseridos em diferentes contextos social e econômico. Assim, torna-se relevante a análise dos fatores socioculturais, econômicos e históricos para compreender suas influências no comportamento de fala, leitura e escrita desses alfabetizandos.

O contexto econômico, social e cultural fazem distinção gritante da realidade do processo de alfabetização de muitas crianças, pois existe uma diferença enorme na realidade delas que tem acesso a material de qualidade, estrutura escolar mais digna, convivência com modo de se expressar mais próximo que o considerado ideal, bem diferente da realidade das crianças que fazem parte das classes populares, que não tem acesso a nada do que as classes dominantes tem, criando assim um problema real para o processo de alfabetização, a conjuntura social é significativa no desenvolvimento da alfabetização (Soares, 2007, p.20).

Somente as conclusões de todas as ciências conseguiriam explicar de forma clara o processo de alfabetização, pelo fato de ser muito extenso. Desse modo, as informações e conclusões que se relacionam com esse tema são importantes e precisam ser levadas em consideração.

É interessante inserir nesse meio de desenvolvimento as concepções de Letramento, que é um processo extremamente relevante no meio social. Letramento na verdade é o uso correto da leitura e da escrita nas relações em que envolve o meio que vivemos. Conforme Kleiman (1995, p.20) “O fenômeno do letramento, então, extrapola o mundo da escrita tal qual ele é concebido pelas instituições que se carregam de introduzir formalmente os sujeitos do mundo da escrita”.

Depreende-se disso que é por meio da alfabetização que o indivíduo irá desenvolver as habilidades de ler e escrever com total participação das instituições escolares, e é através do letramento que ele irá utilizar esse aprendizado no meio social, seja ele na sua residência, no meio cultural em que convive ou nas demais instituições que fazem parte.

Para Soares (2009; p.72) “Letramento é o que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e de escrita, em um contexto específico, e como essas habilidades se relacionam com as necessidades, valores e práticas sociais”. O letramento vai trazer para o processo de alfabetização todos os elementos aos quais ela tem acesso, na prática o letramento envolve características como o uso de revistas, jornais, bilhetes e tecnologias, elementos que a criança tem contato no seu dia a dia, trazendo a realidade vivida por ela para dentro da sala de aula, assim dando um suporte significativo para o processo de alfabetização.

Além da prática alfabetização apenas com técnicas de ler, escrever e explicar as formas corretas de pronúncia, no letramento o educador vai trazer para dentro da sala de aula as técnicas de práticas que o aluno tem ou ainda vai ter contato lá fora no seu meio social, adaptando as formas de codificação para os meios de instrumentos e recursos que tem contato (Soares, 2003, p.16)

Diferente do processo de alfabetização que restritamente se debruça em matérias que só existe dentro do ambiente escolar, como apostilas e livros didáticos, o letramento abre uma série de possibilidades para melhor entendimento do mundo fora do contexto estudantil, pois é importante se atentar que quando o aluno não tem acesso a compreensões sobre documentos básicos e textos simples da sociedade, dentro da sala de aula, posteriormente ele terá dificuldades para compreender esses elementos, sendo que na escola ele não teve acesso. Portanto, o entendimento dele será raso, já que não fez parte do processo de alfabetização dele.

Na esteira desse entendimento, percebe-se que o ato de aprender ler e escrever vai além de codificar letras e números, vai para uma camada ampla, como a forma de interpretar, de usar elementos que a criança irá esbarrar fora da sala de aula. O letramento possibilita o indivíduo ter um convívio mais significativo dentro da sociedade, pois é através do processo de letramento que a criança vai saber viver dentro da sociedade, a saber interagir dentro do contexto social em que faz parte, interagindo e trazendo mudanças para o grupo social em que vive (SOARES, 2009, p.74).

Outrossim, o letramento torna-se importante para um bom funcionamento da sociedade, trazendo para a realidade, aprendizados da sala de aula ligados a elementos fora dela. Letramento vai ter sempre a preocupação de saber se a criança tem conhecimento sobre a leitura e escrita e se esse conhecimento vai ser utilizado no mundo real, se o que ela aprendeu tem ligação com o que ela vai encontrar no meio social, levando em consideração que vivemos em uma globalização, que tudo está interligado.

De acordo com Albuquerque (2007), p. 47:

Alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas inseparáveis do contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja, ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse ao mesmo tempo alfabetizado e letrado.

Portanto, Alfabetização e Letramento são métodos que se complementam. O primeiro tem uma base mais teórica sobre o processo de aprendizado, trazendo para o aprendiz as normas, regras, grafias e fonemas que precisam ser colocados em prática para aquisição do desempenho sobre a letras e números; e o segundo vai trazer para a prática, essas habilidades, mostrando que a alfabetização vai além de ler e escrever, faz parte do desenvolvimento social de cada ser humano. É por via do letramento que o aluno vai ter noções do seu meio social, saber lidar com questões do cotidiano dele e vai saber interpretar os elementos que são ditos e interditos; o letramento diz muito sobre as bases culturais, políticas e sociais que a criança faz parte; é nele que ela vai saber aonde deve se pronunciar, como deve fazer para ser ouvido e é através dele que ele pode mudar a realidade que vive, pois ler e pronunciar não é tão sucinto como, ler, pronunciar e interpretar a base de questões que implicam no funcionamento do ambiente que ele sobrevive.

Vale destacar que não é objeto deste capítulo e nem deste trabalho de pesquisa analisar e discutir os métodos de alfabetização, a intenção é suscitar o debate sobre a importância da alfabetização e letramento no ensino fundamental. Nessa direção, oportuniza-se o entendimento de que é durante o período do ensino

fundamental que o processo de alfabetização, que teve início na família e na educação infantil, é aprofundado a partir das experiências das atividades curriculares na escola em diálogo com a vivência social dos educandos.

Segundo a BNCC (Brasil, 2018, p.89):

No ensino fundamental – anos iniciais, no eixo oralidade, aprofundam-se o conhecimento e o uso da língua oral, as características de interações discursivas e as estratégias de fala e escuta em intercâmbios orais; no eixo análise linguística/semiótica, sistematiza-se a alfabetização, particularmente nos dois primeiros anos, e desenvolvem-se, ao longo dos três anos seguintes, a observação das regularidades e a análise do funcionamento da língua e de outras linguagens e seus efeitos nos discursos; no eixo leitura/escuta, amplia-se o letramento, por meio da progressiva incorporação de estratégias de leitura em textos de nível de complexidade crescente, assim como no eixo produção de textos, pela progressiva incorporação de estratégias de produção de textos de diferentes gêneros textuais.

À vista disso, considera-se a importância e necessidade da articulação entre a alfabetização e letramento durante todo o processo de aprendizagem no ensino fundamental, e essa articulação precisa ser observada em todos os componentes curriculares. Por fim, considera-se que alfabetização e letramento é o passaporte para a construção e convivências sociais.

3.3 Alfabetização em uma Escola Rural de Codó: o que a realidade nos revela.

O município de Codó é território do Estado do Maranhão e está localizado na Mesorregião Leste maranhense, com aproximadamente 297 km de distância da capital São Luís. Segundo o último censo do IBGE (2022), a cidade possui 114.275 habitantes, não sendo divulgada a população rural contida nesse levantamento.

O universo da educação básica de 6º ao 9º, as escolas compõem 18 (dezoito) polos e 107 (cento e sete) escolas ativas que atendem a demanda de alunos da Educação Infantil ao Ensino Fundamental Anos Finais e a modalidade EJAII- Educação de Jovens, Adultos e Idosos, apresentando um percentual de 30,14% dos alunos em escolas na zona rural. A princípio, o município atende o que prevê o Art. 28 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996: Parecer n. 001/2017/-CME, aprovado em 31 de maio de 2017, estabelece o reconhecimento e a inclusão do idoso na modalidade EJA, tornando assim, EJAII.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos das escolas do campo, com possibilidade de uso, dentre outras, da pedagogia da alternância; (Redação dada pela Lei nº 14.767, de 2023)

II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (Incluído pela Lei nº 12.960, de 2014).

Desse modo, conforme a LDB 9394/96, a educação rural deve ser adaptada às necessidades específicas, reconhecendo suas particularidades e os desafios das comunidades do campo. A Lei determina, portanto, que os conteúdos e as metodologias devem ser ajustados para atender a realidade rural, levando em consideração as condições de vida, trabalho e cultura locais. Assim, o dado exposto em percentual pela proposta curricular do município de Codó em relação aos alunos em escolas na zona rural, destaca um aspecto crucial da educação no município. Não obstante esse percentual de 30,14% informação essa obtida através da Proposta Curricular do Município, seja significativo, ele também suscita questões sobre o acesso à educação de qualidade para esses alunos considerando as possíveis dificuldades enfrentadas por quem vive na zona rural, a saber transporte, infraestrutura escolar, recursos pedagógicos, evasão escolar, dentre outros.

A demanda escolar para a população rural contida no território codoense é significativa, e requer atenção dado o contingente de escolas e as exigências legais quanto a como se dá essa oferta. Nessa perspectiva, o presente trabalho se debruça a verificar a aplicação do dispositivo legal, Art. 28 da LDB/96, no que diz respeito às peculiaridades da vida rural, quanto aos aspectos preconizados nos três incisos abordados em questão.

Neste capítulo tomamos por base a proposta curricular do município de Codó, a opção por trazer esse documento se justifica pela necessidade de demonstrar como a escola campo desta pesquisa faz a articulação de suas práticas de alfabetização e a referida proposta. A proposta curricular de Codó mostra que mesmo o município tendo acesso às leis e levando em conta suas peculiaridades, algumas demandas necessita de adequação como, o apoio pedagógico aos alunos,

com condições físicas e estruturais adequadas, material escolar a disposição, equipamentos, laboratórios e até mesmo área de lazer e esporte, de acordo com a realidade em que a escola do campo está inserida. O documento chama atenção para leis impostas e para a realidade que existe em cada região, buscando mostrar que apesar dos avanços na visibilidade e cuidado com o homem do campo, ainda assim falta um olhar mais voltado para a autonomia desse indivíduo, dando o necessário valor à permanência dele no campo com implementação de políticas públicas que possibilite acesso ao conhecimento da realidade de fora do campo, mas sem deixar de lado o meio social em que vive.

No município de Codó foi estabelecido o agrupamento das escolas para melhor atender as comunidades, focando essa melhoria no campo pedagógico e no aprendizado.

Segundo a Proposta Curricular de Codó (2019), p.16:

Para a realização desse processo, o município está ancorado na Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas de atendimento da Educação Básica do Campo. A resolução trata, em seu parágrafo único, da necessidade de garantir a adequação e a melhoria da qualidade do ensino para os estudantes nessas áreas.

O processo de alfabetização em uma escola do campo no município de Codó não é diferente da maioria das escolas do campo das outras cidades do Brasil, é de conhecimento da sociedade que a educação do campo tem suas particularidades, como salas multisseriadas, falta de material didático, estrutura precária, difícil acesso, descaso dos órgãos públicos, falta de merenda, alunos mal assistidos, professores desvalorizados e comunidades desacreditadas. Sendo assim, o lugar da alfabetização nas zonas rurais faz parte dessa discursão por entender que tem peculiaridade, tanto no aspecto cultural quanto nas questões do ensino nas escolas rurais.

Compreende-se que processo de alfabetização é o ponto de partida da vida estudantil. Essa etapa da alfabetização tem início no primeiro contato do aluno com a escola, a professora responsável pela sala tem o desafio de ensinar de forma produtiva e acolhedora os primeiros passos do processo de alfabetização, no desenvolvimento da escrita, do raciocínio lógico e a convivência social, então, esse processo vai sendo feito gradativamente, a professora tem como uma das funções a

mediação entre o mundo sociocultural e o processo de alfabetização na educação formal.

De acordo com Chagas e Pasuch (2016), p.22:

O professor deve ser um mediador entre a criança e a vida social, favorecendo a aprendizagem, e não um ditador de regras, o mesmo deve estar atento a mesma, valorizar o conhecimento que ela traz do seu cotidiano familiar, e a partir deste planejar suas aulas, possibilitando o desenvolvimento de sua aprendizagem.

Desse modo, o professor tem como uma das ações possibilitar o processo de aprendizagem do aluno, mostrando que a alfabetização pode e faz parte da vida social, então não é algo estranho para o seu dia a dia, dessa forma o diálogo entre professor e o aluno, pode fluir com mais facilidade, pois o professor vai trabalhar com ele tendo conhecimento de como é o cotidiano dessa criança, seus caminhos pregressos e futuros, qual forma de abordagem será usada, como será usada e quando será usada. O professor também tem a função de entender qual a possibilidade de acesso à educação que esse aluno tem em casa, qual a proximidade dos pais ou responsáveis dessa criança tem com a escola, qual convívio social ele faz parte.

A base curricular do professor do campo, tem semelhanças bem próximas com a currículo da zona urbana, com atividades para aprendizados de forma educativa e lúdica também, levando para sala de aula tarefas, dinâmicas e brincadeiras com intuito orientar o processo de aprendizagem dos conteúdos de forma leve, para prender a atenção do aluno, mas, em contrapartida, a execução dessas atividades é comprometida, levando em consideração que a realidade do aluno do campo é bem diferente da realidade do aluno da zona urbana, são condições de vida diferentes, são duas realidades sociais de certa forma opostas, portanto as formas de abordagens adequadas teria que ser de acordo com cada meio social que o aluno faz parte.

Então, para Rodrigues e Silva (2016, p.14) “Elaborar um currículo que possa contemplar os anseios desta população é tão importante quanto elaborar um material didático adequado a esta realidade”. Ou seja, preparar um currículo adequado para o aluno do campo é essencial para o seu desenvolvimento, o material didático que será elaborado tem que ser de acordo com a vida social dele, trazendo características da realidade que ele vive, mostrando o quanto o conteúdo

existente faz parte do processo do seu aprendizado, dessa forma o poder público pode possibilitar o professor a trazer para sala de aula materiais e meios de atividades que se aproximem da vida cotidiana do aluno, sendo assim o aluno vai se familiarizar com a situação, dessa forma ter mais interesse e consequentemente desenvolver o aprendizado de maneira positiva, na perspectiva da alfabetização e o letramento sociolinguístico

A escola do campo tem dificuldade de acesso a material didático, bem como tem estrutura precária e isso é uma realidade comum na maioria delas, consequentemente traz prejuízo para o processo de alfabetização do aluno, e ainda, se o aluno não tem acesso à escola, ele não tem como participar das aulas e assim atrasando seu desenvolvimento. Quanto a estrutura física precária, é uma deficiência significativa na escola do campo, o aluno que não tem uma sala de aula a contento da necessidade de uma boa educação formal, dificilmente terá interesse em está na escola, sendo assim, ele também terá atraso no processo de aprendizado, dificultando seu desempenho (MOLINA; FREITAS, 2011).

Ainda é muito enraizado nos gestores públicos o imaginário sobre inferioridade do espaço rural, destinando a ele o que sobra no espaço urbano. Isto funciona não só com o mobiliário para as escolas do meio rural, mas também com os meios de transportes (MOLINA; FREITAS, 2011 P.4).

É uma realidade que faz parte da escola do campo, a falta de compromisso das autoridades responsáveis, com o fato da escola do campo ter acesso às sobras da zona urbana, dessa forma causando a inferioridade dessa escola, com carteiras quebradas, estruturas comprometidas, transportes em péssimas condições, caracterizando um real abandono para com os alunos do campo, impactando diretamente o processo de alfabetização deles. Diante das peculiaridades já citadas, não podemos deixar de levar em consideração a desvalorização dos professores e da falta de assistência para com as comunidades.

Os professores saem das suas casas para a sala de aula na maioria das vezes arriscando suas vidas no percurso para chegar a escola, com a falta de segurança ou até mesmo pelas terríveis condições das estradas, profissionais sem incentivo do poder público, fazendo o que podem para ajudar os alunos no processo de alfabetização, na maioria das vezes desassistidos e com bem menos que o piso salarial, digo menos por conta do descaso do poder público, não raras vezes a professora precisa arcar com despesas adicionais com transporte, e até mesmo

material didático. A realidade da falta de assistência para com as comunidades, nos traz uma reflexão sobre como essas famílias são descredibilizadas pelos órgãos responsáveis, diante do processo de alfabetização dos seus filhos, digo isto por todos os motivos já citados sobre a realidade da escola do campo, na etapa de alfabetização, mostrando que esses são os motivos que nos leva a entender que as comunidades são desacreditadas, pela falta de compromisso para com elas.

De acordo com França (2021), p.08:

No Brasil, a educação básica para a população do campo se apresenta como desafio quando se trata de necessidade de melhorias nas condições de acesso à escola, na qualidade do ensino e na regularização do fluxo escolar, sendo necessários diversas mudanças, no intuito de garantir o acesso e a permanência dos estudantes do campo, desde políticas de localização das escolas e transporte escolar até melhoras das instalações escolares.

Desafios esses que citamos é assunto em discussão em diversos trabalhos, o processo de alfabetização no campo é acompanhado de um punhado de dificuldades ao longo desses anos, então cabe a população ter acesso às informações sobre a realidade para tentar fazer algo, como lutar no sentido de sensibilizar o poder público para viabilizar condições adequadas de educação para esse público-alvo. A realidade nos mostra que o dia a dia dessas comunidades é repleto de dificuldades.

A prática docente permite ao professor experiências inegáveis de trocas e aprendizagens, assim como é marcada os desafios e recompensas singulares. Trabalhar na zona rural se processa como um emaranhado único de sensações, sentidos e complexidades. A paisagem vasta, as comunidades, a geografia distinta da cidade, impõem a importância da adaptação da prática, do olhar, da pedagogia. Nesse contexto, as famílias vivem imersas na agricultura ou pecuária e a maioria se defrontam com a dificuldade que limitam o acesso dos estudantes à educação. Foi nesse universo que obtive subsídios para a construção desse trabalho, a partir da análise dos fatos educacionais do campo que se impunham e da necessidade de se refletir sobre eles.

Com a dificuldade de acesso, alguns alunos faltavam bastante porque na maioria das semanas havia problemas com os ônibus que faziam o deslocamento dos alunos das suas casas para escola e posteriormente da escola para suas casas. Por serem ônibus em situação precária, tinha ainda a dificuldade de acesso, com as

estradas malcuidadas. Quando acontecia de irem para escola, tinham dificuldade no aprendizado, pois chegavam cansados, na maioria acordavam muito cedo para ajudar os pais na roça, ou para cuidar dos irmãos mais novos, e pela distância também de uma comunidade a outra.

O processo de alfabetização era dificultado pelas barreiras dentro e fora da sala de aula. No turno vespertino, era dividida da seguinte forma: 3º, 4º e 5º ano ficavam na mesma turma e o 6º, 7º e 8º ano em turmas separadas.

Nos anos fundamentais séries iniciais, nos deparávamos com uma sala multisseriada. Isso acontecia em virtude da baixa quantidade de alunos matriculados nas turmas correspondentes, mesmo com a nucleação³ no polo sendo feita, muitas famílias optaram por levarem os filhos para zona urbana, outras não aceitaram muito bem essa mudança, e acabou a escola tendo déficit de alunos frequentando a sala de aula.

Portanto, na sala multisseriada tinha-se alunos em processo inicial de alfabetização eram alunos com idade avançada, que na teoria, já deveriam estar bem à frente do processo de alfabetização. Então, isso já representava uma dificuldade real encontrada pela professora dos anos iniciais do fundamental pois tinha que cumprir o planejamento pedagógico, mas também tinha que levar em consideração as dificuldades encontradas por esses alunos. Na maioria das vezes, a professora optou por alfabetizar todos e assim ter um equilíbrio e progresso no desenvolvimento dos seus alunos, desempenho que eu pude ver se evoluindo, portanto, um resultado positivo em relação a maneira como a professora conduzia a sua turma, levando aprendizado para todos. É lógico que pude observar que alguns dos alunos tinham mais dificuldades que outros, no entanto isso era normal nessa etapa do aprendizado.

A realidade da escola que eu pude trabalhar não era diferente de outras. O professor fazia a sua parte e um pouco mais quando se tratava das condições de trabalho impostas, digo isso por ver e fazer parte de “vaquinhas” para arrecadar meios financeiros para desenvolver atividades interessantes para os alunos com intuito de prender atenção deles, mostrar que eles eram sim capazes e mereciam uma educação de qualidade. Corriqueiramente, a professora tinha que providenciar

³ " Nucleação escolar, que compreende um agrupamento de escolas de uma mesma região, com o objetivo de melhorar a ação pedagógica e, conseqüentemente, o processo ensino aprendizagem". (CODÓ, 2019, p.17)

o básico como, papel A4, para utilizar na confecção das suas provas ou trabalhos para os alunos.

Essas e outras dificuldades são presentes na Escola do Campo em que eu atuei como professora, mostrando que a defasagem da escola do campo, o descaso do poder público com elas, nos mostra o motivo dos alunos, em processo de alfabetização, terem que passar por muitas barreiras para conseguir o objetivo que é sair dos anos iniciais já devidamente alfabetizados e prontos para o ensino fundamental séries finais já lendo e escrevendo para assimilar mais conteúdos, envolvendo os diversos saberes que fazem parte do currículo escolar.

Olhando de perto a verdadeira realidade das turmas do 5º, 6º, 7º e 8º ano, conhecendo o déficit de alfabetização entre eles muito alto, é que me deparo com o motivo pelo qual o processo de alfabetização na educação do campo, tem que ser levado a sério pelos responsáveis legais.

Portanto, o não desenvolvimento do aluno que não se alfabetiza vai afetar a vida dele, indubitavelmente, e esse prejuízo já notei na sala de aula com os meus alunos, os quais a maioria não sabiam ler, consequência de um processo de alfabetização fracassado. Levando em conta que com todas as dificuldades encontradas no caminho para alfabetização, esses alunos não tiveram êxito na missão de irem para as próximas séries já alfabetizados. Dessa forma, com a maioria da turma não sabendo ler e escreve, era maior o desafio de passar para os alunos o conteúdo programado para o ano letivo e, assim dificultando ainda mais o aprendizado deles em relação ao material preparado. O prejuízo desses alunos já acontecia a curto prazo e posteriormente vai acontecer a longo prazo, pois os mesmos que não conseguiam acompanhar as matérias, acabavam indo menos para escola, e assim prejudicando ainda mais sua formação, alunos que na maioria das vezes tinham potencial, mas encontravam tantos obstáculos no processo de educação que acabavam desistindo, mesmo nós professores dando oportunidades, incentivando, mostrando que valeria a pena o esforço, apenas o nosso empenho não era suficiente. Por isso a importância de trazer para a escola do campo, a realidade deles, para mostrar que eles são capazes, dentro e fora do ambiente em que vivem e fazem parte.

Desse modo, para Chagas e Pasuch (2016, p. 06) “fortalecer a identidade dos sujeitos do campo é um dos papéis centrais da escola”. Mostra-nos que o aluno

do campo tem e deve ser o sujeito principal da escola do campo, para que ele se sinta parte da educação. Ele se vendo em todo o processo de alfabetização e aprendizado, vai ter mais interesse em aprender sobre assuntos que fazem parte do seu dia a dia, e entender que ser alfabetizado também é importante para o homem/mulher do campo, independentemente de quais sejam os planos dele/a, se é continuar no campo ou sair dele e que, de todo modo, aprender vai dar para ele/a possibilidade de escolher o futuro que quiser, em tese.

Sustentando o assunto Molina e Freitas (2011, p.10) salientam que “outro aspecto importante a ser transformado na escola do campo, voltamos a afirmar, é o fato de seus processos de ensino e aprendizagem não se desenvolverem apartados da realidade de seus educandos”. Ou seja, a realidade do aluno e o meio social em que vive deve fazer parte da vida estudantil dele e vice-versa. Torna-se salutar trazer para sala de aula maneiras de inserir o seu contexto da vida cotidiana, seu desempenho dentro dessa realidade, assim mostrando para ele que o processo de alfabetização é importante, pois se desenvolve de acordo com o progresso a vida social dele.

À falta de estrutura física, se cumulam outras condições que comprometem o aprendizado pleno e eficaz dos alunos na zona rural, como falta de transporte, merenda, salas multisseriadas e falta de contribuição pedagógica. Portanto, é sobre essa realidade da educação do campo do município de Codó que temos uma representação de como é a realidade das comunidades onde existem escolas do campo, e trazer a inexistência de prioridade na atenção sobre a educação no campo, levando em conta que o processo histórico dessas comunidades implica na realidade das mesmas, vista que a falta de visibilidade anteriormente, é vigente até os dias atuais.

4 CONCLUSÃO.

Ao término do estudo foi possível, perceber que a importância de reconhecer a realidade e a problemática existente no déficit de alfabetização na educação do campo, a relevância que é tratar de um assunto tão sério, para a comunidade, mas também para o município em geral, pois é através dos bons resultados no processo

de alfabetização é que poderemos ver onde pode chegar, ou não, o processo de alfabetização.

A análise do processo de alfabetização na Escola Municipal Jardim das Estrelas revela um panorama desafiador, repleto de dificuldades que impactam diretamente o aprendizado dos alunos. A falta de recursos, a precariedade das condições escolares e a desvalorização dos profissionais da educação são fatores que contribuem para o déficit educacional observado. É imperativo que políticas públicas mais efetivas sejam implementadas, garantindo acesso à educação de qualidade e respeitando as especificidades da vida rural. Somente através de um compromisso real com a educação do campo será possível promover mudanças significativas que beneficiem as comunidades rurais, permitindo que seus jovens tenham acesso a uma formação que os capacite a atuar de maneira crítica e transformadora em suas realidades.

Portanto ao observar o cotidiano da comunidade, a realidade da escola é importante deixar claro que a estrutura física precária como banheiros em más condições, salas de aulas sem equipamentos de qualidade, carteiras e mesas em total descaso, a ausência de estrutura pedagógica como livros e materiais didáticos, assim como o acesso desses alunos a escola a precariedade do transporte escolar, quando tinha, as estradas de acesso em total abandono e por fim o descaso com a equipe de docentes que não tinha nem ao menos uma sala de professores para uso de intervalo ou até mesmo reuniões e interações da equipe, uma realidade que os docentes enfrentavam, com a falta de investimento público na escola, trazendo uma sobrecarga para os professores que na maioria das vezes precisavam tirar do próprio bolso o recurso para realização das suas atividades e até mesmo para merenda dos alunos, essas e outras são as situações encontrada nessa escola, que atrapalham o processo de aprendizado dos alunos, desse como trazendo o déficit de alfabetização significativo para a escola Jardim das Estrelas.

Por fim vou sugerir novas abordagens de pesquisa para o tema que escolhi, pensando nas possibilidades que abrange essa temática.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Reverendo os vínculos entre trabalho e educação: elementos materiais da formação humana**. In: SILVA, Tomaz Tadeu. Trabalho, Educação e Prática Social (Org.), Porto Alegre, Artes Médicas, 2003.

ARAUJO, RAV. **Abordagem Qualitativa Na Pesquisa Em Administração: Um Olhar Segundo a Pragmática da Linguagem**. IV Encontro de Ensino e Pesquisa Administração e Contabilidade. Brasília//DF. 3 a 5 novembro 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. 11/02/2025

CARVALHO, Diana Carvalho de. **A relação psicologia e alfabetização sob a óptica dos professores**. <http://23reuniao.anped.org.br/textos/2008t.PDF>. Acesso em: 11/02/25.

CHAGAS; Rosilda Ribeiro, PASUCH, Jaqueline. **Práticas Pedagógicas na Alfabetização de uma Turma Multisseriada no Campo**. Número Regular: Experiências em Educação do Campo: perspectivas e práticas pedagógicas Sinop, v. 7, n. 3 (20. ed.), p. 1577-1603, ago./dez. 2016 ISSN 2236-3165. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/index> Acesso em 02/02/2025.

KLEIMAN, Angela (Org.). **Os significados do letramento**. Campinas - SP: Mercado das Letras, 1995.

LAKATOS, E. M. MARCONI, M. A.; **Fundamentos de Metodologia Científica**- 6ª ed. Atlas. São Paulo: 2010.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa: Questões para Refletir**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

ROSSATO, PRAXEDES. **Fundamentos da educação do campo**: história, legislação, identidades camponesas e pedagogia/ Geovanio Rossato, Walter Praxedes. – São Paulo: Edições Loyola, 2015.

ROJO, Roxane. (Org.). **Alfabetização e letramento**. Campinas - SP: Mercado das Letras, 1998.

SOARES, M. B. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 1998.

SOARES, M. Letramento e Alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo: Autores Associados, v. 25, 2003.

SOARES, Magda. **LETRAMENTO**. Um tema em três gêneros. Autêntica: Belo Horizonte – 2004.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SOARES, M.B. **Alfabetização e letramento na educação infantil**. Revista Pátio Educação Infantil - Ano VII - Nº 20 - Oralidade, alfabetização e letramento - Jul/Out, 2009 <https://falandodospequenos.blogspot.com/2010/04/alfabetizacao-e-letramento-na-educacao.html>. Acesso em : 25/02/25

MOLINA, Mônica Castagna. **A Contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, 2003. (Tese) Doutorado em Desenvolvimento Sustentável. Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.